

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.532.695 - SC (2019/0188731-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA DE CAMPOS NOVOS - COPERCAMPOS  
**ADVOGADA** : ANA PAULA FONTES DE ANDRADE - SC005967  
**AGRAVADO** : INSMATELCO INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS, EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA  
**ADVOGADOS** : ANDRÉ ANTÔNIO TARTARI - SC024399  
GILNEI LUIS MARCHESAN - SC025017

### **EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. ALEGADO CERCEAMENTO DE DEFESA. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. REEXAME DE PROVA. VEDAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. VIOLAÇÃO AO ART. 6º DA LINDB. INSTITUTO DE NATUREZA CONSTITUCIONAL. NÃO CABIMENTO. HONORÁRIOS RECURSAIS. POSSIBILIDADE. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.*

### **DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA DE CAMPOS NOVOS - COPERCAMPOS contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina que inadmitiu o seu recurso especial manejado em face do acórdão, assim ementado:

*DIREITO CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. AÇÃO DE COBRANÇA JULGADA PROCEDENTE. RECURSO DA RÉ DESPROVIDO. HONORÁRIOS RECURSAIS (CPC, ART. 85, §§ 1º E 11).*

*01. Por força do disposto no art. 373 do Código de Processo Civil, cabe ao autor provar o "fato constitutivo de seu direito" (inc. I); ao réu, o fato "impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor" (inc. II).*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*No expressivo dizer de Francesco Carnelutti, "o critério para distinguir a qual das partes incumbe o ônus da prova de uma afirmação é o do interesse da própria afirmação.*

*Cabe provar a quem tem interesse de afirmar; portanto, quem apresenta uma pretensão cumpre provar-lhe os fatos constitutivos e quem fornece a exceção cumpre provar os fatos extintivos, ou as condições impeditivas ou modificativas".*

*Não tendo a ré negado que os serviços descritos na petição inicial lhe foram prestados, cumpria-lhe demonstrar que não foram executados de acordo com o contrato.*

02. Desprovida a apelação, responde o recorrente por honorários recursais (CPC/2015, art. 85, §§ 1º e 11), "mesmo quando não apresentadas contrarrazões" {STF: Pleno, AgRgAO n. 2.063, Min. Luiz Fux; T-1, EDclAgRgAO n. 1.779, Min. Luiz Fux; T-1, AgRgAI n. 864.689, Min. Edson Fachin;;T-2, AgRgARE n. 1.028.419, Min. Ricardo Lewandowski; STJ: S-2, AgIntEDiREsp n. 1.539.725, Min. Antonio Carlos Ferreira; T-1, AgIntEDcIREsp n. 1.673.981, Min. Regina Helena Costa; T-1, AgIntREsp n. 1.622.209, Min. Gurgel de Faria; T-2, AgIntREsp n. 1.678.981, Min. Mauro Campbell Marques; T-2, EDclAgIntAREsp n. 1.060.338, Min. Og Fernandes; T-3, AgIntEDcIREsp n. 1.357.561, Min. Marco Aurélio Bellizze; T-4, AgIntREsp n. 1.161.606, Min. Antonio Carlos Ferreira). Salvo situações excepcionais, é recomendável que sejam arbitrados em percentual sobre o montante dos "honorários anteriormente fixados" (STF: T-1, AgRgARE n.1.063.161, Min. Rosa Weber; AgRgARE n. 1.005.685, Min. Alexandre de Moraes; T-2, AgRgRE n. 584.458, Min. Dias Toffoli; AgRgARE n. 1.041.802, Min. Ricardo Lewandowski).(e-STJ fls. 914/915)

Em suas razões recursais, o recorrente aponta violação aos artigos 9º, 10, 369, 370, 373, 477 do Código de Processo Civil, 476 do Código Civil, e 6º da LINDB. Sustenta cerceamento de defesa, uma vez que o magistrado do primeiro grau teria desconsiderado *as provas documentais e testemunhal carreada aos autos pela recorrente, bem como desprezou o depoimento da única testemunha arrolada, por considerar que a mesma tinha vínculo empregatício com a recorrente, tendo interesse no deslinde da demanda.* Assevera a inobservância ao princípio da exceção do contrato não cumprido. Defende a impossibilidade de majoração dos honorários recursais prevista no art. 85, § 11, do CPC/2015, ao

# *Superior Tribunal de Justiça*

argumento de que *o momento do cabimento da majoração dos honorários advocatícios em grau de recurso é definido pela norma vigente no momento do ajuizamento da ação.*

Contrarrazões ao recurso especial apresentadas, às fls. 963/974 e-STJ, sobreveio juízo negativo de admissibilidade do Tribunal de origem, às fls. 985/987 e-STJ, o que ensejou a interposição do presente agravo.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registre-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ.

A pretensão recursal não merece prosperar.

É cediço que o ordenamento jurídico brasileiro adota o princípio do livre convencimento motivado, que possibilita ao juiz a apreciação livre das provas colacionadas aos autos, ou seja, o julgador não está adstrito à prova que a parte entende lhe seja mais favorável, mas pode formar a sua convicção a partir de outros elementos ou fatos constantes dos autos.

A propósito:

*PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. PROVA PERICIAL. NÃO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO. PRECLUSÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. INVERSÃO DA PROVA. VEROSSIMILHANÇA DA PRÁTICA DE AGIOTAGEM.*

(...)

***3. O magistrado, com base no livre convencimento motivado, pode indeferir a produção de provas que julgar impertinentes, irrelevantes ou protelatórias para o regular andamento do processo, hipótese em que não se verifica a ocorrência de cerceamento de defesa. Precedentes.***

***4. A inversão do ônus da prova autorizada pelos arts. 1º e 3º da MP n.º 2.172-32, que trata da nulidade dos atos de usura pecuniária, impõe acurada análise da ocorrência de requisito legal para seu deferimento: demonstração da verossimilhança***

# *Superior Tribunal de Justiça*

*da prática de agiotagem. Precedentes.*

*5. Agravo regimental não provido.*

**(AgRg no REsp 1.196.519/MS, QUARTA TURMA, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 04/08/2015, grifei).**

*AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REIVINDICATÓRIA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. MAGISTRADO COMO DESTINATÁRIO DAS PROVAS. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO.*

*1. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.*

*2. O nosso sistema processual civil é orientado pelo princípio do livre convencimento motivado, cabendo ao julgador determinar as provas que entender necessárias à instrução do processo, bem como indeferir aquelas que considerar inúteis ou protelatórias.*

*3. Agravo regimental não provido.*

**(AgRg no AREsp 281.230/RS, TERCEIRA TURMA, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 17/08/2015, grifei).**

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REPRESENTAÇÃO EM ASSEMBLEIA CONDOMINIAL. REGULARIDADE NOS TERMOS DO ART. 654, § 1º, DO CÓDIGO CIVIL/2002. SÚMULA 7/STJ. APROVAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE OBRAS ÚTEIS. INEXISTÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADE ENTRE AS OBRAS APONTADAS NO EDITAL DE CONVOCAÇÃO E AS OBRAS DISCUTIDAS E APROVADAS EM ASSEMBLEIA. PROVA ORAL INDEFERIDA. DESNECESSIDADE. INEXISTÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. REEXAME DE PROVAS. RECURSO NÃO PROVIDO.*

*1. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a preferência do magistrado por esta ou por aquela prova está inserida no âmbito do seu livre convencimento motivado. Isso, porque vigora no direito processual pátrio o sistema de persuasão racional adotado no Código de Processo Civil, cabendo ao magistrado autorizar a produção desta ou daquela prova, se por outros meios não estiver convencido da verdade*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*dos fatos, tendo em vista que é ao juiz que cabe a análise da conveniência e necessidade da sua produção.*

*2. As provas documentais acostadas aos autos são suficientes para proporcionar ao julgador os elementos necessários à análise da compatibilidade entre as obras apontadas no edital de convocação e as obras discutidas e aprovadas em assembleia, bem como quanto à verificação da natureza das obras aprovadas.*

*(...)*

*4. Agravo regimental não provido.*

**(AgRg no AREsp 385.646/SP, QUARTA TURMA, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, DJe 14/05/2015, grifei).**

*PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO INDEFERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVA TESTEMUNHAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. ALEGAÇÃO AFASTADA. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE DE QUESTÕES FÁTICAS. IMPOSSIBILIDADE. PRETENSÃO INFRINGENTE. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL.*

*REITERAÇÃO DOS FUNDAMENTOS JÁ ANALISADOS. MANUTENÇÃO INTEGRAL DA DECISÃO AGRAVADA.*

*(...)*

*3. No caso, concluiu o Tribunal de origem que o farto arcabouço probatório é suficiente para a análise dos fatos apresentados para julgamento, mostrando-se desnecessária a produção de outras provas, máxime a oitiva de outras testemunhas, afigurando-se contraproducente e até mesmo violação à garantia da razoável duração do processo, a cassação da sentença, para produção de provas que não acarretarão a alteração do que já restou provado.*

*4. Nesse contexto, não se confirma o alegado cerceamento de defesa, sendo certo que a revisão dos fundamentos que levaram a tal entendimento demandariam nova apreciação do conjunto probatório, o que é vedado em recurso especial, a teor da Súmula nº 7 do STJ.*

*5. Agravo regimental não provido.*

**(EDcl no REsp 1.537.718/MG, TERCEIRA TURMA, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, DJe 16/06/2015, grifei).**

Ademais, o princípio da persuasão racional ou da livre convicção motivada do juiz (art. 371 do CPC) consigna caber ao magistrado apreciar livremente a

# *Superior Tribunal de Justiça*

prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, conferindo, fundamentadamente, a cada um desses elementos a sua devida valoração.

No que se refere à alegada necessidade de dilação probatória e ao cerceamento de defesa, o Tribunal *a quo* assinalou:

*A ré/apelante insiste que houve cerceamento de defesa "ante o desprezo do depoimento da testemunha arrolada [...], bem como dos documentos acostados nas fls. 795 a 798 dos autos, onde demonstram que a Apelante teve que reembolsar a Brasil Foods S.A. pelos serviços e materiais fora do padrão".*

*Não lhe assiste razão.*

*Conforme consolidada jurisprudência, "o fato de a testemunha ter sido ouvida em juízo como informante, por si só, não lhe retira o efeito probante de suas declarações quando forem elas sopesadas com outros documentos jungidos aos autos, em razão do princípio do livre convencimento motivado do Juiz [o destaque não consta do original]" (AC n. 2008.059028-0, Des. Fernando Carioni; AC n. 0442008-77.1999.8.24.0240, Des. Rubens Schulz; AC n. 0003448-46.2008.8.24. 0037, Des. Luiz César Medeiros; AC n. 2009.040340-9, Des. Odson Cardoso Filho).*

*No caso em exame, o "INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONFISSÃO DE DÍVIDA" (fls. 795/798) firmado pela ré (Copercampos) com a empresa BRF Brasil-Foods S.A., que foi juntado aos autos extemporaneamente, bem como os e-mails entre elas trocados (fls. 406/409), não comprovam que a autora (Insmatelco) descumpriu o "contrato firmado com a Copercampos; não comprovam que ela "não usou os materiais do padrão contratado, bem como, abandonou a obra sem a sua conclusão".*

*Nesse contexto, concordo com o eminente magistrado. Incumbia "à demandada acostar aos autos relatórios produzidos por profissionais habilitados" e sem qualquer vínculo empregatício, indicando a não conclusão da obra (ou conclusão em desacordo com o contratado) do empreendimento e a necessidade de contratação de empresa terceirizada em data posterior ao instrumento de declaração de débito".*

*Destarte, rejeito a tese de que o processo é nulo por cerceamento do direito à ampla defesa. (e-STJ fl. 928/929)*

Deste modo, para aferir as alegações do recorrente e afastar a conclusão firmada pelo Tribunal de origem, de que não houve cerceamento de defesa, seria

# *Superior Tribunal de Justiça*

necessário o revolvimento do conteúdo fático-probatório dos autos, procedimento vedado na via especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

Neste sentido:

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. RECURSO QUE NÃO APRESENTA ARGUMENTOS CAPAZES DE AFASTAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. PRINCÍPIO DA LIVRE VALORAÇÃO DA PROVA E DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. AGRAVO DESPROVIDO.**

*1. A parte agravante não apresentou argumentos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental.*

*2. Para afastar as conclusões do Tribunal de origem, baseadas nos princípios da livre apreciação das provas e do livre convencimento motivado, seria necessário o reexame de provas, o que é defeso na instância especial, conforme dispõe o enunciado n. 7 da Súmula desta Corte. Agravo regimental a que se nega provimento.*

**(AgRg no AREsp 678.652/DF, TERCEIRA TURMA, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 29/06/2015, grifei)**

**AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO.**

*(...)*

*2.- No que diz respeito aos artigos 333, I, e 359, I, do Código de Processo Civil, os argumentos utilizados para fundamentar a pretensa violação legal somente poderiam ter sua procedência verificada mediante o reexame das provas, não cabendo a esta Corte, a fim de alcançar conclusão diversa da estampada no Acórdão recorrido, reavaliar o conjunto probatório. Dessa forma, a convicção a que chegou o Acórdão decorreu da análise do conjunto fático-probatório, e o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do mencionado suporte, obstando a admissibilidade do especial à luz da Súmula 7 do STJ.*

*3.- O agravo não trouxe nenhum argumento novo capaz de modificar o decidido, que se mantém por seus próprios fundamentos.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*4.- Agravo Regimental improvido.*

**(AgRg no AgRg no AREsp 518.041/PR, TERCEIRA TURMA, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, DJe 04/09/2014, grifei)**

No que tange à alegada violação ao artigo 476 do Código Civil, tem-se que sobre a matéria de que trata não houve emissão de juízo pelo acórdão recorrido, tampouco oposição dos embargos de declaração, fazendo incidir a orientação disposta na Súmula 282 do STF.

Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. 1. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 DO STF E 211 DO STJ. 2. LEGITIMIDADE PASSIVA. CADEIA DE FORNECEDORES. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. SÚMULA 83/STJ. 3. AGRAVO IMPROVIDO.*

*1. O prequestionamento é exigência inafastável contida na própria previsão constitucional, impondo-se como um dos principais pressupostos ao conhecimento do recurso especial. Incidem, por analogia, o enunciado n. 282 do STF bem como a Súmula 211 do STJ.*

*2. [...]*

*3. Agravo interno a que se nega provimento.*

**(AgInt no REsp 1738902/AC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/09/2018, DJe 27/09/2018)**

No tocante à alegada contrariedade do art. 6º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, o Superior Tribunal de Justiça entende que os princípios contidos no referido dispositivo - direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada - assumiram contornos nitidamente constitucionais, razão pela qual não podem ser objeto de recurso especial, sob pena de, se analisados, ferir-se a distribuição de competências estabelecida pela Constituição Federal.

De outra parte, em sessão realizada em 09/03/2016, o Pleno deste Superior Tribunal de Justiça elaborou enunciados administrativos relativos ao Código de Processo Civil de 2015, com o intuito de orientar a comunidade jurídica acerca das questões de direito intertemporal, referentes à norma vigente aplicável a cada



# *Superior Tribunal de Justiça*

caso.

Concernente aos honorários advocatícios, conforme o Enunciado Administrativo n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça, somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do artigo 85, § 11, do novo Código de Processo Civil.

Neste sentido:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182 DO STJ.*

*1. Em sessão realizada dia 9/3/2016 (ata publicada em 11/3/2016), o Plenário desta Corte Superior deliberou que "somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC" (Enunciado Administrativo número 7)*

*2. Inviável o agravo regimental que deixa de impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada, nos termos do que dispõe a Súmula 182 do STJ.*

*3. Agravo interno a que se nega provimento.*

*(AgRg no Recurso Especial nº 1.230.136/MT, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 26/04/2016, DJe 04.05.2016, grifei)*

Na hipótese, o recurso objeto de análise refere-se ao recurso de apelação de fls. 879/893, interposto em 24/07/2017, contra sentença publicada em 23/06/2017.

Com efeito, foram fixados os honorários recursais tendo em vista que a decisão recorrida ter sido publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, a teor do Enunciado Administrativo n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça.

Assim, não merece prosperar a insurgência do recorrente.

**Ante o exposto, conheço do agravo para, desde logo, não conhecer do recurso especial.**

Considerando o disposto no § 11 do art. 85 do CPC/2015, majoro os honorários sucumbenciais em 1% (um por cento) sobre o valor já arbitrado em

# *Superior Tribunal de Justiça*

desfavor do recorrente.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**

Relator

